



ANTÔNIO CARNEIRO LEÃO NA REFORMA DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL (1930-1934)

Jonathas de Paula Chaguri¹
Jane Cristina Beltramini Berto²
Tatiani Daiana de Novaes³

RESUMO

O objetivo desta comunicação oral é apresentar como se constituiu a proposta de Carneiro Leão durante o período em que foi o responsável por divulgar e implementar as ações para a reforma das línguas estrangeiras no ensino secundário no Colégio D. Pedro II, na qualidade de professor-chefe de francês, entre os anos de 1930 a 1934. Os resultados mostram que Carneiro Leão foi favorável a uma reforma que contemplasse um estudo de forma ativa e dinâmica, possibilitando o engajamento no ideário de uma escola ativa. Com isso, Carneiro Leão inaugurou uma nova identidade ao estudo das línguas, garantindo um ensino contundentemente útil e prático, sem desvincular o caráter de promotor das humanidades aos homens que necessitavam de uma formação para os meios de produção do comércio e da indústria no país.

Palavras-chave: Antônio Carneiro Leão, Reforma das línguas estrangeiras, Historiografia da educação.

INTRODUÇÃO

No Brasil, ao longo dos anos de 1930 a 1934, ocorreu a reforma das línguas estrangeiras no Colégio Pedro II. Era necessária a figura de um professor e intelectual brasileiro para implementar e coordenar essa reforma no Brasil. Antonio Carneiro Leão (1887-1966) foi, portanto, a figura brasileira responsável por cuidar dessa tarefa no quadro de ensino de línguas estrangeiras no Colégio Pedro II. Foi professor e educador brasileiro. Esteve sempre envolvido com debates educacionais e sociais da nação brasileira. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 15 de dezembro de 1911. Cresceu em uma família culta que pertencia à elite brasileira. De família tradicional pernambucana, era filho de Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão e Antônio Carlos Carneiro Leão.

¹ Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE-Campus Mata Norte). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Linguagem e Educação (GEPL) da UFRPE e do Grupo de Pesquisas e Estudos História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEINSE) da UEM, cadastrados no diretório da CNPq. E-mail: jonathas.chaguri@upe.br

² Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST). Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural Pós-Crítica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder e pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Linguagem e Educação (GEPL), cadastrado no diretório da CNPq. E-mail: jane.beltramini@ufrpe.br

³ Professora Adjunta do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal. E-mail: tatiani.vovaes@ifrn.edu.br



Casou-se com a professora Madeleine Sathie Augustine Manuelle. Sua esposa foi catedrática de língua e literatura francesa na Faculdade Nacional de Filosofia. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de sua cidade em 15 de dezembro de 1911. Após a conclusão do quinto ano, vale destacar que, conseguiu “[...] distinção em todas as matérias” (NISKIER, 2001, p. 16). Mais tarde, obteve o título de doutor em filosofia.

Sua vida profissional foi bem eclética e agitada, exercendo, então, múltiplas atividades e a variedade de seus conhecimentos era notória em todas as tarefas exercidas por ele. No período em que se compreendem o início e o fim das produções bibliográficas de Carneiro Leão, que ocorreram entre os anos de 1909 e 1964, ele realizou inúmeras publicações resultantes de suas conferências, discursos e estudos que estão disponíveis em sua grande maioria em seus livros. Algumas de suas obras são encontradas em português e outras, em inglês, francês e espanhol. Para os interessados acerca de suas atividades exercidas no cenário político-educacional, sugerimos a consulta aos textos de Lima e Machado (2014), Chaguri e Machado (2017; 2018).

Nesse sentido, o objetivo desse texto é apresentar como se constituiu a proposta de Carneiro Leão durante o período em que foi o responsável por divulgar e implementar as ações para a reforma das línguas estrangeiras no ensino secundário no Colégio D. Pedro II, na qualidade de professor-chefe de francês, entre os anos de 1930 a 1934.

Com relação a fundamentação teórica, este texto fundamenta-se em uma revisão do governo provisório (1930-1934) e constitucional (1934-1937) de Vargas, buscando-se uma análise a partir dos fenômenos político, econômico e educativo desse governo no qual marcaram as ações de Carneiro Leão na reforma das línguas estrangeiras entre os anos de 1930 a 1934. Quanto aos aspectos metodológicos, o trabalho fundamenta-se no materialismo histórico-dialético (MARX, [1867]/2011; SANFELICE, 2008; LOMBARDI, 2008) por ser o método que apresenta a possibilidade de dialogar, discutir e questionar as mudanças na sociedade, viabilizando novas descobertas sobre a reforma das línguas estrangeiras no Brasil. Com isso, o trabalho assume a característica de uma pesquisa exploratória, de cunho bibliográfica e documental.

Nesse sentido, para se compreender a reforma do ensino de língua estrangeira no ensino secundário no Brasil, é pertinente recorrer à história, a fim de configurar o contexto brasileiro daquela época, concernente ao ensino das línguas, e, por conseguinte, prosseguir na continuidade da discussão do texto. Portanto, passa-se, agora, a anunciar questões à proposta da reforma de Carneiro Leão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 3 de novembro de 1930, no Palácio do Catete, Getúlio Dornelles Vargas ascendia ao poder como chefe político da Revolução de 1930. Com o Governo Provisório que se estendeu de 1930 a 1934, dava-se, então, o início da Era Vargas ou período getulista. Esse período iniciou-se após a crise de superprodução de ano de 1929 e, sobretudo, com a Revolta de 1930. Com a posse de Vargas como chefe político no Brasil, os projetos desenvolvidos em seu governo, para a criação de um sistema de ensino que consolidasse as necessidades de educação do país, colocariam o estudo das línguas estrangeiras em um lugar de destaque, levando o governo federal a acionar novos planos e estratégias que permitissem à educação do país passar por uma reforma em seu ensino. Foi um governo ditatorial que marcou a história do Brasil. Contudo, destacamos que não desejamos enaltecer este contexto político do país, mas, simplesmente, descrever o panorama geral historiográfico o qual está firmado o trabalho.

Segundo Carneiro Leão (1935), o estudo das línguas estrangeiras no ensino secundário “[...] foi sempre um dos pontos mais fracos da educação secundária brasileira” (CARNEIRO LEÃO, 1935, p. 17). Por essa razão, o estudo das línguas estrangeiras passaria por uma nova estruturação com relação à forma de se ensinar e estudar as línguas estrangeiras (inglês, francês e alemão) no governo Vargas.

Não só no plano econômico, mas no plano político, as medidas de centralização do governo provisório de Vargas ganharam forças no cenário nacional logo em que ele subiu ao poder. As oligarquias regionais de 1930 buscavam a reconstrução do Estado nos moldes tradicionais com os quais estavam acostumados a viver e a governar o país.

Com relação aos aspectos educacionais, desde que subiu ao poder, o governo Vargas se preocupou com a educação do país. A educação era vista como uma das formas de levar o Brasil à modernidade. Em outras palavras, a educação tinha como principal objetivo “[...] formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada” (FAUSTO, 2012, p. 287) a fim de compor o ideal de desenvolvimento europeu e norte-americano no país.

O sentimento de consolidação de identidade nacional estava alicerçado na ideia de que “[...] a elite deveria estar preparada para guiar as massas no sentido do desenvolvimento e da industrialização” (PICANÇO, 2013, p. 29), ou seja, para a modernidade. Entretanto, para que isso se efetivasse nas relações sociais vigente da época, a educação clamava por uma mudança que a direcionasse para a formação do homem, preparando-o para atender às necessidades de uma vida de atividades, fruto de uma reorganização nacional.



O Brasil precisa, pois de um espírito novo, capaz de sacudir a vida nacional, acordando-a para a realidade do mundo contemporâneo. E, felizmente, não obstante todos os vícios reinantes, começa a soprar um vento de renovações. Ha de ser dessa direcção do nosso espirito que virá a nossa grandeza. Observando a nossa propria vida, prescrutando o evoluir da nacionalidade, compreendendo as nossas necessidades, olhando de face e com lealdade os nossos defeitos, trabalhando, de olhar fixo no futuro da patria e não nos interesses e posições pessoais, faremos uma nação forte, nobre e estimada. É de cultura que necessita o Brasil. Cultura physica, mental, technica, profissional, civica, social e política. Trabalhemos (CARNEIRO LEÃO, 1924, p. 33).

Neste sentido, foi necessária a criação de um órgão que regesse os projetos, planos e metas para a educação do Brasil. Por isso, com o decreto nº 19.402, em 14 de novembro de 1930, foram criados o Ministério da Educação e Saúde Pública e as Secretarias de Educação nos Estados. Um ano mais tarde, em 1931, criou-se o Conselho Nacional de Educação – CNE. Hoje, o atual CNE é o órgão integrante do MEC para assessorar o ministro da Educação.

Em 1931, então, o sistema educacional brasileiro passaria pela sua reforma, conhecida na história do país como reforma Francisco Campos, cuja finalidade instaurava-se, então, em erguer “[...] a educação de segundo grau do caos e do descrédito em que fôra mergulhada”. (CHAGAS, 1967, p. 109).

Para que se legitimasse essa sua preocupação com a formação do homem, segundo o decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, o ensino secundário estabeleceu definitivamente um currículo seriado, a obrigatoriedade da frequência escolar, a exigência de certificação em nível secundário para aqueles que manifestavam interesse em ingressar ao ensino superior e, sobretudo, o ensino em dois ciclos. A organização do ensino secundário no Brasil ocorreu em dois ciclos: o curso fundamental em 5 anos; o complementar em 2 anos e o comercial em 3 anos.

Na reforma, era necessária a figura de um professor-chefe, pois sua função era não só supervisionar e orientar seus professores nas questões de ensino, mas também tratar de assuntos do âmbito administrativo. O professor-chefe, portanto, era ao mesmo tempo “[...] um chefe de departamento [...] e um professor que vigiava seus assistentes” (FONSECA, 1997, p. 101), sendo responsável por eles e pelo ensino. Carneiro Leão, então, na qualidade de professor-chefe de francês, “[...] orientou e supervisionou quarenta professores” (MENDONÇA, 1997, p. 12) na reforma das línguas estrangeiras no plano secundário. Além de ministrar aulas de francês para a terceira e a quarta série, ele supervisionava a “[...] metodologia empregada, no que foi considerada, na época, uma revolução no ensino dessas línguas”. (MENDONÇA, 1997, p. 12).

Para Carneiro Leão (1934a, p. 7), o momento parecia propício para uma “[...] experiência de reforma radical” na forma de se ensinar as línguas estrangeiras no ensino secundário. Para isso, seria o próprio governo federal que empreenderia a reforma. O professor

Delgado de Carvalho, na época, diretor do externato do D. Pedro II, endossou a reforma que o ministro Francisco Campos implementou nos estabelecimentos secundários oficiais.

Contudo, antes que a reforma fosse aplicada, o professor Delgado de Carvalho deixou a direção do estabelecimento de ensino. O seu sucessor, o professor Henrique de Toledo Dodsworth, levou à frente o plano da reforma, nomeando uma comissão para organizar as instruções da reforma das línguas estrangeiras, a qual foi posta em prática em 27 de fevereiro de 1932.

A comissão compunha-se pelos professores Delgado de Carvalho; Adrien Delpech; Antenor Nascentes; Julio Nogueira; Oswaldo Serpa; e Carneiro Leão. Já composta, a comissão discutiu por dias consecutivos e, por fim, elaborou a instrução que organizaria o espírito de trabalho do francês e dos demais idiomas no Colégio D. Pedro II, resultando na Instrução para Execução do decreto nº 20.833, de 21 de dezembro de 1931 (BRASIL, 1932).

Essa instrução foi elaborada a partir do decreto nº 20.833, de 21 de dezembro de 1931 (BRASIL, 1931), para normatizar a execução da reforma das línguas estrangeiras. A instrução foi publicada em Diário Oficial do RJ, em 9 de março de 1932. A instrução da reforma (Brasil, 1932a) propunha que o ensino das línguas estrangeiras fosse de caráter prático e ministrado na própria língua. O maior propagador e responsável por cuidar diretamente da implantação desse método, na reforma das línguas estrangeiras no ensino secundário, foi o “[...] professor-chefe de francês do D. Pedro II A. Carneiro Leão” (CHAGAS, 1957, p. 111).

Carneiro Leão viu a possibilidade de se reformar o ensino das línguas estrangeiras no país, ao passo que essa disciplina do currículo secundário estivesse em consonância com as atuais necessidades da nação brasileira na década de 1930. Para isso, ele desenvolveu uma série de ações para reformar o ensino das línguas no ensino secundário. No Quadro 1, sintetizamos as ações.

Quadro 1: Ações empreendidas por Carneiro Leão na Reforma das Línguas Estrangeiras (1930-1934)

1. carga horária adotada ao estudo das línguas estrangeiras;
2. formação de novas turmas a fim de diminuir a quantidade de alunos em sala por disciplina (francês, inglês e alemão) para o professor auxiliar ter melhor controle do ensino;
3. contratação de novos professores para ministrarem as disciplinas de línguas estrangeiras;
4. clube de conversação para prática da oralidade;
5. troca de correspondência das turmas de francês com os estudantes do ensino secundário da França;
6. uso do laboratório de línguas;
7. uso de disco e rádio nas aulas de línguas estrangeiras;

8. elaboração de um material didático que atendessem aos propósitos do novo ensino;

9. a implantação do método direto (novo método) que acabou por oferecer ao currículo secundário do país, o estudo das línguas estrangeiras (francês, inglês e alemão) por um processo mais prático e dinâmico no qual a língua é vista como viva e real, priorizando o trabalho com vocabulário e questões do dia a dia do aluno no desenvolvimento da educação linguística dos estudantes.

Fonte: Os autores partiram de Carneiro Leão (1935).

A questão central, portanto, era tornar não só o ensino das línguas estrangeiras, mas as demais disciplinas como matemática, física, química e ciências naturais ativas e conscientes, baseado na nova ordem social do mercado que configurava o país, impulsionando o homem a buscar uma aprendizagem direcionada para as suas necessidades. Diante disso, a mudança do método clássico (gramática e tradução) para o método moderno (método direto) inaugurou uma identidade útil ao estudo das línguas estrangeiras no plano secundário.

O método direto surgiu no início do século XX em oposição ao método clássico (gramática e tradução) e foi considerado resposta ao modo de se estabelecer as novas necessidades sociais da época. O método se tornou muito popular durante as primeiras quatro décadas do século XX. Richards e Rodgers (1994) esclarecem que o método direto surgiu, então, na Europa, e depois se propagou para os EUA, por Maximilian Berlitz, ficando conhecido como o método Berlitz e amplamente utilizado nas Escolas de Línguas Berlitz que se espalharam por todo o mundo e encontram-se atuantes até hoje.

O princípio do método direto consiste em que os “[...] estudantes aprendam como se comunicar na língua-alvo” (LARSEN-FREEMAN, 2008, p. 28 – nossa tradução). E, para realizar essa tarefa com êxito, os estudantes devem aprender a pensar na língua que estão estudando, ou seja, pensar na língua-alvo.

Nesse sentido, ao se pensar num ensino pautado nos parâmetros utilitaristas, não se poderia retirar do currículo nenhum componente curricular para garantir o estudo não só teórico, mas, sobretudo, prático das demais disciplinas, como era o caso das línguas estrangeiras. Entretanto, é importante destacar que a defesa por um ensino utilitário das línguas estrangeiras não é nova. A questão utilitária, voltada para o estudo dos componentes curriculares, já com outro fim mostrava maior preocupação no século XVII. No entanto, no século XIX, a preocupação por um ensino útil continuou a ser discutida entre os profissionais da educação. Tal assertiva pode ser comprovada pelo estudo de doutoramento de Oliveira (2006).

Segundo o autor, em um relatório de 1884, o inspetor geral do Colégio D. Pedro II, Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, reuniu-se com a congregação do colégio por 13 vezes ao longo do ano de 1883 para discutir a organização do ensino da filosofia. Contudo “[...] em diversas sessões a congregação ocupou-se com o estudo das Línguas” (OLIVEIRA, 2006, p. 177).

No século XIX, o programa de ensino das línguas do Colégio D. Pedro II era composto pelo estudo das línguas clássicas (latim e grego) e das línguas vivas (francês, inglês e alemão). Segundo Oliveira (2006, p. 287 – grifos do autor), o ensino das línguas vivas “[...] deveria ser o mais prático para habilitar o Estudante a falar e escrever corretamente nos idiomas estranhos, procurando o professor familiarizá-lo com “os melhores escriptores das diferentes línguas””. Contudo, mesmo com essa tonicidade prática no estudo das línguas estrangeiras, não havia distinção de um método para o ensino das línguas clássicas e outro para as línguas estrangeiras, pois, como elucida Oliveira (2006), a sétima conclusão dos pareceres dos professores de línguas, submetidos à comissão, deixava o professor livre para adotar qualquer método para as aulas de línguas.

Foi, então, somente no século XX que o programa de estudo das línguas estrangeiras foi repensando no Colégio D. Pedro II e nas demais escolas que seguiam o plano pedagógico do colégio e por isso eram equiparadas ao modelo de ensino do D. Pedro II, no qual Carneiro Leão foi o responsável por propor a mudança do método para o estudo das línguas estrangeiras.

Do ponto de vista metodológico, Carneiro Leão (1934a; 1935), de certo modo, inovou na reforma das línguas estrangeiras, propondo um ensino que adequasse a contemporaneidade de sua época à valorização da utilidade que as línguas estrangeiras representariam no importante crescimento da educação secundária com a reforma Francisco Campos.

Carneiro Leão não almejava abandonar o estudo das línguas clássicas, mas, por meio do novo método, aproveitar o momento que se fazia oportuno para renovar o estudo das línguas estrangeiras no país pelo “[...] contato direto e imediato dos homens de uma pátria com os homens de outra” (CARNEIRO LEÃO, 1935, p. 26), criando, então, a necessidade de falar línguas estrangeiras, pelos interesses da internacionalização crescente do capital no mundo.

O Brasil, a partir da década de 1930, passou consideravelmente por mudanças em seu perfil econômico e social. Essas mudanças pautaram-se na industrialização e, sem dúvida, na substituição de mão de obra dos imigrantes localizados nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Isso ocorreu pela chegada do trabalhador que saía de outras regiões do país, como é o caso do Nordeste, para ganharem espaço nas regiões mais ativas economicamente do país.



Para isso, os princípios de ensino das línguas estrangeiras deviam estar voltados não só para o ensino prático, mas ao ensino científico e intelectual, alinhando, nesse prisma, a cultura utilitária e a intelectual a ponto de elas “[...] misturarem-se e, servidas pelas sciencias” (CARNEIRO LEÃO, 1932, p. 295), combinarem-se a ponto de formar a sua plena identidade. Logo, o estudo da língua e da literatura apreendidas nas aulas de línguas estrangeiras não se orienta nem para uma formação unicamente clássica e muito menos científica, mas necessariamente para fins utilitários, isto é, útil, incluindo, portanto, o caráter científico e clássico do estudo das línguas e de suas literaturas como elemento de modernização para a educação do homem.

A educação do novo homem, ao longo da década de 1930, deveria ser completa, pois a nova ordem social do país exigia um homem pronto a atender o desenvolvimento da indústria e do comércio, estando, portanto, o novo homem apto a se relacionar com homens de outros costumes, crenças e valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor Antônio Carneiro Leão era favorável ao ensino das línguas estrangeiras de forma ativa, viva e dinâmica. Para isso, as ações empreendidas ao longo da reforma, tais como: carga horária de estudo das línguas; formação de novas turmas; contratação de novos professores; criação do clube de conversação para prática da oralidade; troca de correspondência das turmas de francês; uso do laboratório de línguas; uso de discos e rádios nas aulas de línguas; elaboração de material didático e o novo método para ensino das línguas (método direto), preparava o homem da cidade para a sua inserção nas atividades de modo de produção, levando o país a atingir a sua industrialização e plena urbanização nos grandes centros, como era o caso do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na reforma das línguas estrangeiras empreendida por Carneiro Leão, a solução encontrada para modernizar o ensino foi equilibrar as humanidades e a ciência com o propósito de formar o estudante para atender às necessidades dos investimentos de industrialização no país. A solução encontrada por Carneiro Leão foi propor conhecimentos úteis, pois como as humanidades deveriam compor o currículo, ambas eram necessárias para a formação do homem. Não era possível abrir mão das ciências, pois elas impulsionavam o progresso. Como também não era possível abrir mão das humanidades, pois elas uniam os homens. O caminho encontrado, então, foi utilizar o método como solução. O método direto, então, foi a forma mais ajustada para unir os conhecimentos e dar ao homem uma formação útil.



Os debates de Carneiro Leão tornam-se concretos e atuais devido à compreensão que temos do passado com relação ao presente. Muito daquilo que Carneiro Leão “[...] preconizava no início do século passado ainda estão por acontecer” (NISKIER, 2004, p. on-line). Países como Portugal, Espanha, Reino Unido e Irlanda ofertam mais de uma língua estrangeira em seus currículos, o Brasil permanece no desconhecimento do plurilinguismo, produzindo concepções ideológicas construídas ativamente como resultado de uma educação monolinguista. Isso tudo devido à obrigatoriedade de estudo de apenas uma língua estrangeira no currículo das escolas brasileiras, neste caso, o inglês e/ou espanhol (devido ao Mercosul).

REFERÊNCIAS

_____. Ministério da Educação, Cultura e Saúde. Instrução para Execução do Decreto nº 20.833, de 21 de dezembro de 1931. *Diário Oficial*, 9 de março de 1932, p. 4240-4241. Rio de Janeiro: Distrito Federal, 1932a. Disponível on-line em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1997679/pg-8-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-09-03-1932>>. Acesso em 28 abr. 2022.

CHAGAS, R. V. C. **Didática Especial de Línguas Modernas**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

CHAGURI, J. P.; MACHADO, M. C. G. **Guia de Fontes da Bibliografia de e sobre Carneiro Leão**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Disponível on-line em: <<https://www.editoranavegando.com/>>. Acesso em 31 mar. 2017.

CHAGURI, J. P.; MACHADO, M. C. G. Notas Biográficas de um Educador Brasileiro: Antônio Carneiro Leão. **REVELLI - Revista de Educação, Língua e Literatura**, Inhumas, v. 10, nº 1, p. 70-98, 2018.

CARNEIRO LEÃO, A. **O Ensino das Línguas Vivas: uma experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações do Instituto de Pesquisas, 1934.

_____. **O Ensino das Línguas Vivas: seu valor, sua orientação científica**. São Paulo: Companhia Nacional, 1935.

_____. Os Deveres das Novas Gerações. In: CARDOSO, V. L. (Org.). **À Margem da História da República**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924. p. 17-33.

_____. O Problema do Método. **Boletim de Educação Pública**, Rio de Janeiro, ano II, nº 3, p. 291-298, 1932.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FONSECA, S. G. **Ser Professor no Brasil: história oral de vida**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.



LARSEN-FREEMAN, D. **Techniques and Principles in Language Teaching**. New York: Oxford University Press, 2008.

LIMA, R.; MACHADO, M. C. G. Carneiro Leão: considerações acerca da sociologia educacional. **Educação**, Santa Maria, v. 40, nº 1, p. 143-154, 2014.

LOMBARDI, J. C. Educação, Ensino e Formação Profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 1-38

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [1867].

MENDONÇA, S. C. **Carneiro Leão**: sonhos e frustrações na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal (1922-1926). 1997. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

NISKIER, A. **O educador Carneiro Leão. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 31 de outubro de 2001**. 2004. Disponível on-line em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/prosa7a.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, L. E. M. **A Instituição do Ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da língua inglesa (1809-1890)**. 378 f. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

PICANÇO, D. C. L. **História, Memória e Ensino de Espanhol (1942-1990)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

RICHARDS, J.; RODGERS, T. **Approaches and Methods in Language Teaching: a description and analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SANFELICE J. L. Dialética e Pesquisa em Educação. In: In: LOMBARDI, J. L.; SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 69-94